

# PERCEPÇÕES DO ESPAÇO-TEMPO BRASILEIRO: O RANCHO EM UM LUGAR

Margarida do Amaral Silva  
Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural/UCG<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo é escrito a partir de uma posição basicamente simpática à afirmação de que a identidade é tão difícil de se limitar e de se definir, precisamente em razão de seu caráter multidimensional, dinâmico e sócio-histórico. Assim, considerando a(s) identidade(s) por sua complexidade e flexibilidade, este estudo presta-se a expor algumas reformulações acerca de percepções da categoria “sertão” no espaço-tempo brasileiro. Trata-se de uma análise sobre a representação sócio-histórica da imagem-sertão em um contexto com “trânsito de práticas”, pelo enfoque específico para a apropriação territorial e a produção do “lugar”. Assim, com foco para signos como o rancho, o pouso e as tropas, são considerados alguns dos elementos que integram sócio-histórico-culturalmente os conjuntos identitários do Brasil que emergiram das experiências sociais nos espaços daqueles aos quais denominamos “sertanejos”.

**Palavras-chave:** Espaço-Tempo no Brasil; Identidade-sertão; Rancho, pouso e cidade.

## ABSTRACT

This article is written from a basically likeable position to the affirmation of that the identity is so difficult of if limiting and if defining, necessarily in reason of its multidimensional, dynamic character and partner-description. Thus, considering (s) the identity (s) for its complexity and flexibility, this study one is useful to display some reformularizations to it concerning perceptions of the category “hinterland” in the Brazilian space-time. One is about an analysis on the partner-historical representation of the image-hinterland in a context with “transit of practical”, for the specific approach for the territorial appropriation and the production of the “place”. Thus, with focus for signs as the farm, the landing and the troops, are considered some of the elements that integrate partner-description-cultural the identitários sets of Brazil that they had emerged of the social experiences in the spaces of those which we call “sertanejos”.

**Keywords:** Space-Time in Brazil; Identity-hinterland; Farm, landing and city.

## 1. Em sertões (in)tangíveis

A categorização espaço-temporal de sertão reitera, comumente, noções “dicotômicas do existir”, de modo que o processo de identificação signifique a vontade de demarcar limites entre “eles” e “nós” e, dessa forma, se manter latente o que chamamos de fronteira<sup>2</sup>. É

---

<sup>1</sup> Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural, pela Universidade Católica de Goiás/UCG, sob orientação de Roque de Barros Laraia/UnB-UCG. Mestranda em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Goiás/UFG e, paralelamente, doutoranda em Psicologia (Análise e Evolução do Comportamento), pela Universidade Católica de Goiás/UCG. Profissionalmente, atua na Universidade Federal de Goiás/UFG e na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás/SECTEC. E-mail: m.amaral.amaral@gmail.com

<sup>2</sup> Cf. Barth (1995, p. 211), *Lés groupesethiniques et leurs frontiers*.

imprescindível, neste ponto, empreender olhares sobre a análise da identidade a partir do não contentamento com uma abordagem analítica e sincrônica espaço-temporalmente. O plano diacrônico de análise, sobretudo, permite compreender, por exemplo, que não existe uma identidade cultural em si mesma, definível de uma vez por todas (CUCHE, 2002).

O sertão possui elementos constitutivos de sua denotação que demarcam os traços legítimos da identidade cultural, de modo mais específico, dos territórios brasileiros que configuram o “interior”, o distante, o desabitado e o vasto e esquecido (Cf. Mapa 1). Enquanto *espaço público*, o sertão tende a remeter-nos a uma filosofia política que engloba múltiplos parâmetros, de natureza histórica, geográfica, jurídica, administrativa, sociológica, dentre outras tantas. Mas, enquanto *lugar público* permite essencialmente que seja indicada uma topologia de referência espacial para configurar a existência de interações sociais específicas<sup>3</sup>.

A questão aqui não é saber, por exemplo, quem são na realidade os sertanejos e em quais sertões habitam, mas o que significa recorrer à esta identificação na construção sócio-histórica da “identidade-sertão”, no âmago do universo simbólico e/ou representativo do Brasil. Pode-se pensar nisso, inclusive, de uma outra forma: nos termos que Giddens (1990) chama de separação entre espaço e lugar. O *lugar*, para ele, é específico, concreto, conhecido, delimitado e familiar – o ponto de práticas sócio-históricas específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente relacionadas. Os lugares permanecem fixos e é neles que temos raízes. Entretanto, o *espaço* pode ser “cruzado” de modo físico e presencial, seja pela informação, pelos passos, pelas palavras, por um trem em movimento.

Nas sociedades pré-modernas, o espaço e o lugar eram amplamente coincidentes, uma vez que as dimensões espaciais da vida social eram, para a maioria da população, denominadas pela “presença” – por uma atividade localizada... A modernidade separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações entre outros que estão “ausentes”, distantes (em termos de local), de qualquer interação face-a-face. Nas condições da modernidade [...], os locais são inteiramente penetrados e moldados por influências sociais bastante distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente aquilo que está presente na cena; a “forma invisível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1990, p. 18).

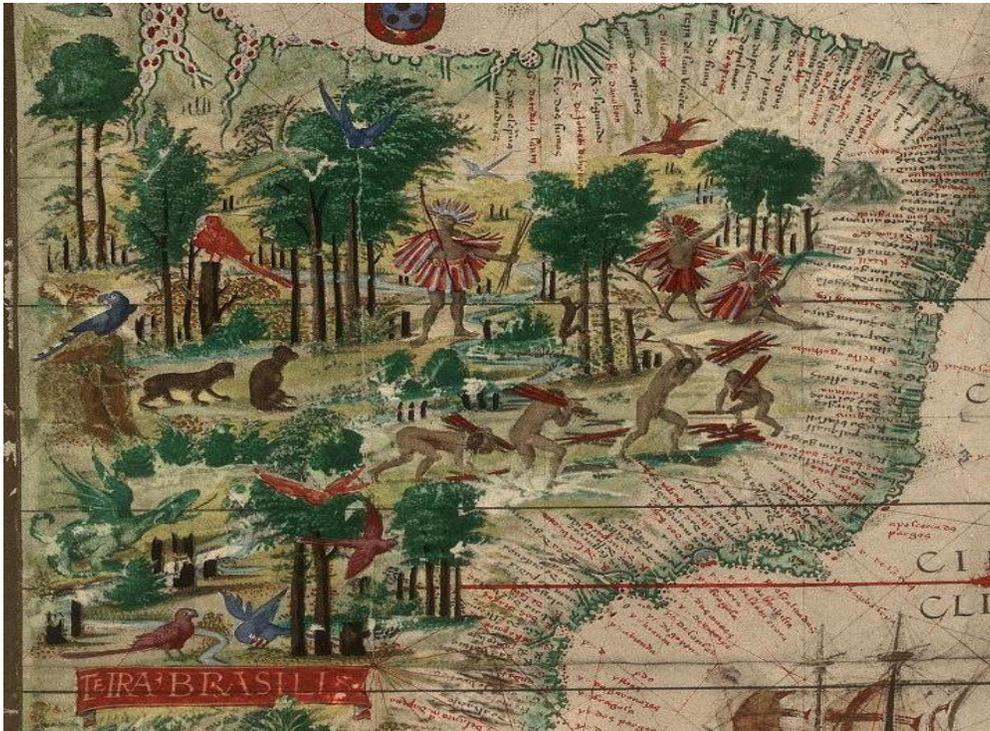
A maneira de “ver do mundo”, enraizada nas expressões singulares humanas, tem descortinado uma *cultura identificadora* que é disposta para explicar o grupo social como uma soma de práticas plurais. Inicialmente, pode-se considerar que o indivíduo reitera o seu

---

<sup>3</sup> Cf. Mons (2000, p. 120-121), *A metáfora social: imagem, território, comunicação*.



ao invés de identidade, tendo em vista que a identificação é contextual e flutuante (WARNIER, 2003).



**Mapa 2.** *Tabula hec Regionis magni Brasilis*, por Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel in Atlas Miller/1519. “Terras Brasilis” (recorte usado para enfatizar a representação dos “sertões” do Brasil e a exploração das riquezas naturais pelos “interiores sertanejos”). Fonte: Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica do século XVI ao XVIII/Biblioteca Nacional, 2008.

Tempo e espaço/lugar, posicionados em um quadro cultural contemporâneo, permitem que o mesmo indivíduo (ou um mesmo grupo) possa assumir identificações múltiplas que mobilizam diferentes elementos da língua, de cultura, de religião, em função do(s) contexto(s) e dos elementos significativos que o mesmo compreende e evoca.

De fato, as formas dos objetos que nos rodeiam têm este significado. Não estávamos errados ao dizer que eles estão envolta de nós, como sociedade muda e imóvel. Eles não falam, mas nós os compreendemos, porque têm um sentido que familiarmente deciframos. São imóveis somente na aparência, pois as preferências e hábitos sociais se transformam e, quando nos cansamos de um móvel ou de um quadro, é como se os próprios objetos envelhecessem. [...] Assim, se explica como as imagens espaciais desempenham esse papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. [...] Mas o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos

diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável (HALBWACHS, 2006, p. 158).

Há uma tendência em desconsiderar que o “local” recebe marcas do grupo o qual abarca, por um processo cíclico e diacrônico de relações principalmente sócio-históricas. E, neste contexto, a categoria espaço-temporal “sertão” evidencia-se como elemento integrante de um quadro mundial no qual “as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (HALL, 2006, p. 47). A identidade tem rememorado, em primeira instância, “um sistema de representação cultural”.

Conforme Cuche (2002, p. 188-189), “com a edificação dos Estados-Nação modernos, a identidade tornou-se um assunto de Estado”. Sobretudo, buscou-se definir uma identidade de referência, a única verdadeiramente legítima: “a ideologia nacional é uma ideologia de exclusão das diferenças [...] para que a identidade coletiva seja apresentada no singular, seja para si ou para os outros”.

Trata-se de tomar indivíduo e sociedade como portadores de uma “cultura-bússola”, na qual estão imersos os repertórios de ação e de representação da escolha, da cultura, da tradição e dos processos de identificação que preenchem uma função de orientação espaço-temporal (WARNIER, 2003). Por este lado, a identidade-sertão pode ainda ser tomada como “orientação” por meio de sua capacidade representativa de estabelecer relações culturais significativas entre os elementos do meio: pessoas, lugares, instituições, acontecimentos.

Uma bússola indica o norte. Antes da invenção da bússola, os homens se situavam em relação ao Oriente, onde o sol se levanta. Eles se “orientavam”. É uma condição necessária à ação. A cultura como bússola facilita a ação. [...] É uma capacidade de acionar referências, esquemas de ação e de comunicação. É um capital de hábitos incorporados que estrutura as atividades dos que as possuem. É o que permite que um Inuit, um parisiense e um pigmeu estabeleça uma relação significativa entre as coisas e as pessoas, e não parta à deriva no mundo que o cerca (WARNIER, 2003, p. 20).

Neste contexto, esse estado de “coisas identificadas” denota evidência aos processos cuja identificação individual e coletiva tem como principal foco a produção de uma *alteridade-sertão* em relação a alguns dos grupos brasileiros que possuem uma cultura que é “diferente”. Por conseguinte, as relações de *identidade-sertão* e *reconhecimento*, pelo ponto de vista adotado por Oliveira (2006, p. 28), tendem a expor reflexões a respeito dos “outros como doadores de sentido”. Se um contexto social abriga determinados processos identitários, fica demonstrado que a pluralidade de identidades no contexto de um Estado-Nação encontra-se encoberta, antes de mais nada, pelas diferenças existentes entre as mesmas.

Seria válido considerar o pensamento de Charles Taylor<sup>4</sup> que, nessa via de mão dupla, afirma que “o traço essencial da vida humana é o seu caráter fundamentalmente dialógico”. Por isso, em se tratando de discussões de tons multilateral, “o ideal monológico pode subestimar seriamente o lugar do diálogo na vida humana”.

Por um caminho dialógico, portanto, a análise do que venha a ser a *identidade-sertão* vai além da busca pela origem sócio-histórica de ocupação dos territórios brasileiros. Basicamente, tal análise perpassa pelos processos que definem as semelhanças e as diferenças individuais e coletivas, bem como os repertórios de ação e/ou os discursos humanos.

Para que seja empreendida quaisquer reflexões neste sentido, a princípio, torna-se indispensável compreender que “os lugares são formas vazias, e que essas formas tendem a se preencher sempre da mesma maneira, ao agregarem conteúdos, primeiro contingentes, depois repetidos, reificados” (BARTHES, 2001, p. 69). E, tais conteúdos se fazem matéria na constituição do patrimônio<sup>5</sup> - material e imaterial – que se alçam ao mundo, deixando latentes os símbolos e as possibilidades do espaço/lugar. Pela ressonância<sup>6</sup> - que conota aos territórios esta “certa ambigüidade” -, os conceitos tornam-se atados ao que os “olhos dos indivíduos de cultura” conseguem captar.

Ao longo da história da humanidade, o indivíduo e o espaço conduziram uma vasta trama de relações históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais etc. Ao ‘abandonar’, de modo relativo, o nomadismo, os “caminhos da identidade” passaram a se definir pelas construções sócio-históricas edificadas em um espaço-tempo<sup>7</sup>.

Comte (*apud* HALBWACHS, 2006, p. 157) parte dos princípios associados ao conceito de “equilíbrio mental resulta do fato de que os objetos materiais com os quais estamos em contato diário não mudam ou mudam pouco e nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade”. Em companhia das suas próprias representações, atadas aos signos, o homem sempre sentiu segurança na suposta estabilidade espacial que se sugere. O apego material tem significado, na maioria das vezes, um consenso de que “as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis de nosso eu”.

---

<sup>4</sup> Cf. Taylor (1994, p. 50), *Multiculturalisme: différence er démocratie*.

<sup>5</sup> A Política Patrimonial Brasileira foi historicamente descrita por Lima Filho (2006, pp.23-24), que destaca os Decretos nº 25, de 1937, e nº 3.551, de 2000, a Lei nº 3. 924, de 1961, além das Constituições de 1934, 1937,1946, e 1988, como instrumentos legais de proteção do patrimônio cultural brasileiro material e imaterial.

<sup>6</sup> Gonçalves (2005, p. 19), lançando mão de uma reflexão de Greenblatt, expõe que “por *ressonância* toma-se o poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante”.

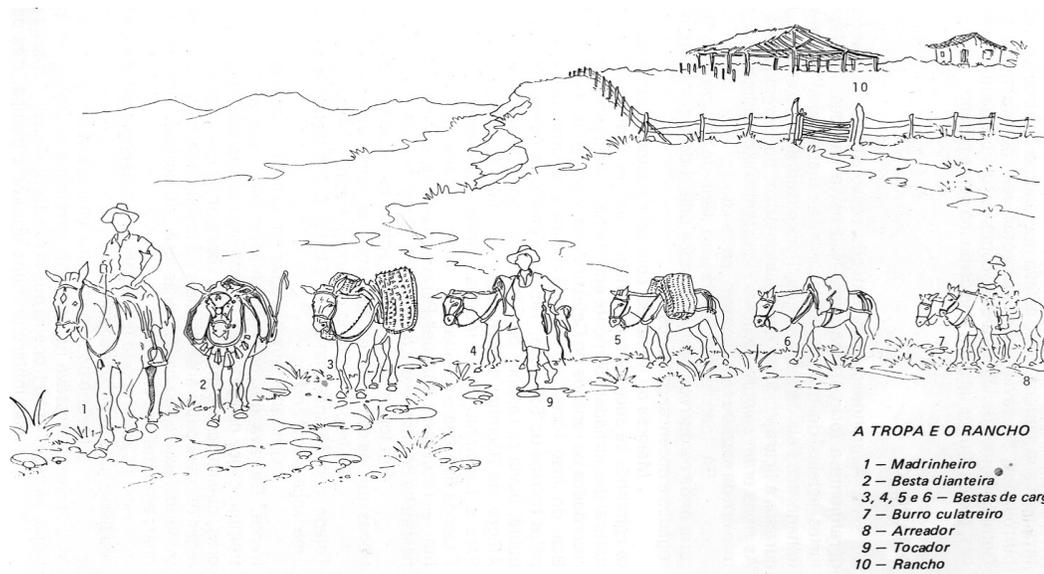
<sup>7</sup> “No Brasil, como em outros lugares, os homens pré-históricos dependiam extremante das condições geográficas em relação a suas andanças, a seu tipo de alimentação e à fabricação dos instrumentos necessários a sua sobrevivência. Como consequência, em cada região, os grupos humanos, pertencentes a uma tradição cultural, têm de se adaptar às condições locais diversas, enquanto que etnias diferentes, encontrando-se em meio ambiente semelhante, terão grande possibilidade de apresentar respostas culturais convergentes” (PROUS, 1992, p. 35).

## 2. (Re)Significando a tropa, o pouso e a cidade no espaço-tempo brasileiro

A história de edificação das cidades do Brasil, em geral, se engendra por categorias multifacetárias e, por elas, traça um perfil representacional para a constituição dos centros urbanos. Por isso, faz-se instigante lançar mão – para uma análise sócio-histórica da identidade sertaneja – de determinados enfoques representacionais. A ênfase nas discussões sobre a apropriação humana dos espaços/lugares passa a vislumbrar, neste contexto, os territórios brasileiros enquanto lugares de memórias e identidades plurais.

Há de se relevar, contudo, os agentes que possibilitaram a constituição das cidades nos sertões do Brasil a partir de repertórios de ação associados ao *rancho*, ao *pouso/pousada* e às *tropas* que, nos percursos longínquos da história brasileira, alicerçam a constituição das cidades no vasto território desse Estado-Nação (Cf. Figura 1). Logo, este emaranhado representativo, também derivado da representação sócio-histórica do rancho no pouso, pode suscitar, de maneira bastante pontual, que cada ato de ocupação territorial pode compor uma história singular que, no caso brasileiro, supõe existências identitárias e/ou vivências de práticas culturais nos sertões do passado-presente.

Segundo Hall (2006, p. 84), o “alargamento do campo das identidades e uma proliferação de novas posições-de-identidade, juntamente com o aumento de polarização entre elas”, pode vir a fortalecer identidades locais ou levar à produção de novas identidades. Então, num mundo de fronteiras dissolvidas, rompidas ou alargadas, a (des)continuidade e a historicidade da identidade podem ter seu campo de análise, de certa forma, multifacetado.



**Figura 1.** *A tropa e o rancho – um modelo de arranjo.* “A jornada era o dia completo de trabalho de uma tropa. [...] A marcha oficial da tropa são três léguas. [...] Passo a passo, a viagem seguia lentamente. Mas, por volta das duas ou três horas da tarde, as três léguas já estavam vencidas. Surgia o rancho, para o necessário repouso”. Componentes da tropa: 1. Madrinheiro; 2. Besta dianteira (ou madrinheira); 3, 4, 5 e 6. Bestas de carga; 7. Burro culatreiro; 8. Arreador; 9. Tocador; 10. Rancho. Fonte: MAIA, T; MAIA, R., 1981, p. 69.

No que se refere a uma *identidade-sertão* (ou às *identidades-sertão*) - margeada pelo “descobrimento de novas terras” e pelas viagens expedicionárias e “comerciais” interligadas aos pousos das paragens sertanejas, compostas por tropas<sup>8</sup>, boiadas e carros de boi carregados de mantimentos -, torna-se necessário compor reflexões por meio de “um olhar por outras lentes” (Cf. Figura 2).

Quando o Brasil ainda não havia caminho de ferro nem estrada de rodagem; quando o *carro de bois*, gemendo nos cocões, era veículo preferido para o transporte de cargas em terreno pouco acidentado; quando os caminhos nada mais eram do que os espaços naturais entre as árvores ou não passavam das trilhas abertas pelos carregadores humanos e pelas patas da gadaria; *quando uma população escassa pulverizava-se numa base física de imensas proporções; quando os núcleos de ocupação se perdiam na vastidão da hinterlândia brasileira*, foi a *tropa de muares*, silenciosa e heróica, varando sertões, atravessando ravinas, rasgando matas, vadeando rios, galgando paredões escarpados, equilibrando-se em abruptos declives, que assegurou – e manteve – a circulação de produtos e de mercadorias, canalizando vida e civilização para o grupos humanos que se haviam enfurnado Brasil a dentro (GOULART, 1961, p. 15, grifo do autor).

<sup>8</sup> “*Tropa* é termo genuinamente brasileiro com essa significação etimológica. Moraes, no seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, foi talvez quem primeiro assim se referiu a esse vocábulo, consignando-o com o seguinte verbete: ‘térmo do Brasil, bestas de carga, que fazem o transporte de mercadorias, onde não há vias férreas, ou fluviais, e seguem com os seus condutores como que em caravanas.’ O mesmo dicionarista registra o derivado *tropeiro*, dizendo ser ‘térmo do Brasil, condutor de tropas; homem que viaja com cavalgaduras de carga, e cáfila, onde não há vias férreas e fluviais, negociante que compra e vende tropas de muares’.” (GOULART, 1961, p. 63-64).



**Figura 2.** Tipos de Carros-de-bois usados em cada estado brasileiro. Fonte: SOUZA, 1958, p. 543.

Porém, ao se estender o foco de reflexão sobre universo que compreende a identidade como um elemento sócio-histórico associado ao advento das *idades do/no sertão*, a situação se complexibiliza ainda mais devido ao conjunto representacional que tange a (i)materialidade “daqueles lugares desertos”. No caso dos sertões do Brasil, quase sempre o *rancho*, que compunha a estrutura do *pouso* (muitas vezes juntamente com a venda e a capela, nas paragens de fazendas), derivou a *corrutela*, instituída como *arraial* e/ou *povoado*, que, posteriormente, fora legitimado como *vila* e que, depois, tangenciou a homologação da *cidade* e/ou do *município*.

**corrutela.** S.f. **1.** V. *corruptela*. **2.** Brás. GO. Pequeno arraial formado por garimpeiros na entrada das terras virgens aonde vão a procura de diamante: “Na torre ficava um relógio, luxo exagerado para um corrutela” (Bariani Ortêncio, *Vão dos Angicos*, p. 14). (FERREIRA, 1989, p.486, grifos do autor); **arraial.** [De *ar*<sup>-1</sup> + ant. *reial*, hoje *real*, ‘do rei’.] S.m. **1.** Acampamento (2), especialmente de tropas. **2.** Lugar onde se juntam romeiros, onde há tendas provisórias, barracas de comestíveis, de jogos e diversões, e ornamentado, com música etc. **3.** P. ext. Festa popular com barracas de comestíveis, jogos e diversões, etc., semelhante ao arraial (1). **4.** Povoação de caráter temporário, geralmente formada em função de certas atividades extrativas, com a lavra de minérios ou metais raros, etc. **5.** Bras. Aldeola, lugarejo (Ididem, p. 168); **povoado.** [Part. De *povoar*.] Adj. **1.** Em que se formou povoação. • S.m. **2.** Pequena aglomeração urbana; lugarejo, vila, aldeia, povoação, povo, póvoa: De *povoados* à beira-mar nasceram modernas cidades (p. 1375); **vila**<sup>1</sup>. [Do lat. *villa*.] S.f. **1.** Povoação de categoria superior á de aldeia ou arraial e inferior à de cidade. **2.** Os habitantes da vila (1). **3.** Conjunto de pequenas habitações independentes, em geral idênticas, e dispostas de modo que formem rua ou praça interior, por vis de regra sem caráter de logradouro público; avenida. **4.** Bras. Qualquer conjunto de casas que tenha características análogas às da vila (3): *Vila Militar*, *Vila Kennedy* (no Rio de Janeiro). [Dim. Irreg.: *vileta*, *vilela*, *vilota*; dim. deprec.: *vilório*, *vilória*.] (Ibid., p. 1776); **cidade.** [Do lat. *Civitate*.] S.f. **1.** Complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola, i. e., dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural; urbe. **2.** Os habitantes da cidade, em conjunto: A *cidade* saiu à rua para aclamar os heróis. **3.** A parte mais antiga ou mais central de uma cidade. **4.** O centro comercial. **5.** Bras. Sede de município, independente do número de seus habitantes (p. 403); **município.** [Do lat. *municipiu*.] S.m. **1.** Circunscrição administrativa autônoma do estado, governada por um prefeito e uma câmara de vereadores; municipalidade, concelho. **2.** O conjunto dos habitantes do município (1); municipalidade (FERREIRA, 1989, p. 1171).

Provavelmente, neste ponto, tornam-se ainda mais evidentes os motivos que fundamentam o fato de que os agrupamentos urbanos, dos sertões brasileiros, possuem a estrutura geo-política fundada com uma distância média de 35km a 50km entre eles. Afinal, esta era a proporção diária – entre extremos - que, de forma planejada, seria percorrida pelos conjuntos de muares (guiados por tropeiros, carreiros, garimpeiros e demais “sertanejos”<sup>9</sup>), no decorrer de um dia, a fim de que o arranchamento dos grupos pudesse ocorrer antes do anoitecer.

O *pouso*, em geral, ficava em uma fazenda, à beira da estrada. Era um grande *rancho* aberto, coberto de sapé ou telhas comuns. Ao seu lado havia um grande cercado, onde os animais deveriam ser soltos para passar a noite. Chama-se “potreiro”, e era sempre servido por um córrego ou ribeirão. O dono do rancho era conhecido como “rancheiro”. Cumpria-lha a manutenção da construção modesta. Verificava o estado e a firmeza das estacas, corria as cercas, mandando, de quando em quando, limpar os pastos. O mais consistia semente cobrar o pouso, o que, mesmo para a época, era “considerado bastante barato”. O pagamento era feito por “cangalha” [...] devido apenas as bestas de carga. Nada se pagava pelo pouso da égua madrinheira nem da besta do arreador, e muito menos pelo pouso dos homens (MAIA, Tom; MAIA, Thereza, 1981, p. 68).

<sup>9</sup> Neste estudo, o termo “sertanejo” é empregado em sentido lato, de modo que designe, paralelamente, quais indivíduos que tenham ou tiveram relações de apropriação com a categoria espaço-tempo *sertão*.

Por isso, ao se refletir sobre particularidades da(s) identidade(s) “derivadas dos sertões”, é válido observar que as cidades edificadas, em grande parte do território do Brasil (nos sertões de dentro e de fora), em geral, são produtos da ocorrência da prática sócio-econômica de longas *jornadas*. E estas jornadas, tidas às vezes como os dias de trabalho das tropas ou dos carreiros, foram promovidas por grupos humanos em peculiares roteiros exploratórios e mercantis nas tramas dos sertões. É propício destacar que, também nessa cadeia de relações existentes entre “homem e mercadoria” e “identidades/espaco-tempo sertão”, houve a promoção da difusão – e da aglomeração - de grupos humanos por todo o território nacional. Foi assim que se sedimentou a constituição de “memórias” e identidades de uma parte dessa *gente brasileira*.

No tocante das discussões sobre a *identidade-sertão*, seja como emblema ou como estigma, o “caráter nacional” (em sentido genérico) pode então ser instrumentalizado nas relações entre os grupos sociais. Para Bell (1975 *apud* CUCHE, 2002, p. 197), a “identidade não existe em si mesma, independentemente das estratégias de afirmação dos atores sociais que são ao mesmo tempo o produto e o suporte das lutas sociais e políticas”.

É isto que lhe confere sua complexibilidade. A identidade conhece variações, presta-se a reformulações e até a manipulações. Para sublimar esta dimensão mutável da identidade que não chega mais a uma solução definitiva, certos autores utilizam o conceito de “estratégia de identidade”. Nesta perspectiva, a identidade é vista como um meio para atingir um objetivo. Logo, a identidade não é absoluta, mas relativa. O conceito de estratégia indica que o indivíduo, enquanto ator social, não é desprovido de uma certa margem de manobra. Em função de sua avaliação da situação, ele utiliza seus recursos de identidade de maneira estratégica (CUCHE, 2002, 196).

Bourdieu (1980), em complemento, afirma que o caráter estratégico da identidade não implica necessariamente numa perfeita consciência dos objetivos buscados pelos indivíduos, tendo como vantagem o fato de “dar conta” dos fenômenos de eclipse e de despertar de identidade. Então, reflexões amparadas nos “limites das identidades” ficam demasiado explícitas pelo foco de bourdieusiano porque, para ele, “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção)” (2004, p. 11). Em outras palavras, a identidade não é tão “delimitável e definível”, precisamente, devido ao seu caráter multidimensional e dinâmico.

Entretanto, há de se considerar que o relativismo implícito nos processos sócio-históricos interligados às noções sobre a *identidade-sertão*, aqui expostas, também podem ser complementados por outro enfoque. Eagleton (2005, p. 28), nesse sentido, releva que o “pluralismo pressupõe identidade, assim como hibridização pressupõe pureza, pois só se pode

hibridizar uma cultura que é pura”. Por outro t $\hat{u}$ nus, este autor ainda diz que a pluraliza $\tilde{c}$ o $\tilde{a}$ o nem sempre  $\acute{e}$  compat $\acute{i}$ vel com a manuten $\tilde{c}$ o $\tilde{a}$ o de um car $\acute{a}$ ter positivo do conceito de cultura. Pode-se gerar uma decomposi $\tilde{c}$ o $\tilde{a}$ o na id $\acute{e}$ ia de cultura de modo que esta comece a se descaracterizar enquanto representa $\tilde{c}$ o $\tilde{a}$ o social.

Said<sup>10</sup>, por um prisma complementar, sugere que todas as culturas est $\acute{a}$ o envolvidas umas com as outras; nenhuma  $\acute{e}$  isolada e pura, todas s $\tilde{a}$ o h $\acute{i}$ bridas, heterog $\acute{e}$ neas, extraordinariamente diferenciadas e n $\tilde{a}$ o monol $\acute{i}$ ticas.  $\acute{E}$  valido tornar evidente, portanto, que o terreno que ampara as discuss $\tilde{c}$ o $\tilde{a}$ es sobre identidade, tanto no *espa $\tilde{c}$ o-tempo sert $\tilde{a}$ o*, quanto em outros “espa $\tilde{c}$ os-categorias”, traz a tona que, assim como a no $\tilde{c}$ o $\tilde{a}$ o de cultura popular, a id $\acute{e}$ ia de identidade, desde suas origens,  $\acute{e}$  provida de ambiguidade sem $\acute{a}$ ntica devido  $\grave{a}$  polissemia de cada um dos termos que a comp $\tilde{o}$ e.

Provavelmente em vista desses pressupostos, este contexto de an $\acute{a}$ lise da cultura e da identidade “h $\acute{i}$ brida e plural” do sertanejo faz-se de vasta amplitude s $\acute{o}$ cio-hist $\acute{o}$ rica, porque compreende o “resultado” daquilo que foi a soma de in $\acute{u}$ meros *elementos* constitutivos e representacionais de pr $\acute{a}$ ticas culturais e de *identidades-sert $\tilde{a}$ o*. E nesse comp $\acute{e}$ ndio de elementos, sobretudo, destaca-se o “rancho”<sup>11</sup> que, de acordo com Maia e Maia (1981, p. 68-70), abrigou “cada tropeiro que ia chegando, e batendo seus lotes e fazendo seu beco, tudo debaixo do rancho”. At $\acute{e}$  mesmo o respeito “ao hor $\acute{a}$ rio do tropeiro arrancar”, ap $\acute{o}$ s o passo a passo lento das longas viagens pelos sert $\tilde{o}$ es – em que “surgia o *rancho*, para o necess $\acute{a}$ rio *repouso*” - s $\tilde{a}$ o terrenos que passam a integrar o esbo $\tilde{c}$ o elementar de um espa $\tilde{c}$ o-tempo sert $\tilde{a}$ o que  $\acute{e}$  poliss $\acute{e}$ mico.

Destarte, os tropeiros que, em Ara $\acute{u}$ jo (2003, p. 15), s $\tilde{a}$ o caracterizados como “grupos de homens transportando regularmente manadas de gado vacum, cavalari $\tilde{a}$  ou muar – as tropas” -, residem por s $\acute{e}$ culos nos meandros quase invis $\acute{i}$ veis da vasta rede s $\acute{o}$ cio-hist $\acute{o}$ rica, simb $\acute{o}$ lica e comercial que configura os sert $\tilde{o}$ es do Brasil. Por $\acute{e}$ m, nem o *rancho* e o *pouso*, ou tampouco a *tropa*, se alocam com notoriedade nas discuss $\tilde{c}$ o $\tilde{a}$ es que evidenciam as “culturas nacionais” integrantes do Estado-Na $\tilde{c}$ o $\tilde{a}$ o brasileiro.

Por isso, o que se espera  $\acute{e}$  alargar o olhar para tais elementos erigidos de uma “outra Hist $\acute{o}$ ria”, considerando-os n $\tilde{a}$ o apenas como institui $\tilde{c}$ o $\tilde{a}$ es culturais, mas tamb $\acute{e}$ m como

---

<sup>10</sup> Cf. Said (2005), *Cultura e imperialismo*.

<sup>11</sup> “A grande cobertura em que se constitu $\acute{i}$ ua um *rancho* tinha geralmente a forma retangular. N $\tilde{a}$ o havia paredes, mas apenas os fortes esteios de gra $\acute{u}$ na e jacarand $\acute{a}$ , sustentando a arma $\tilde{c}$ o $\tilde{a}$ o do telhado, toda ela de paus roli $\tilde{c}$ os. Para o caibramento eram muito procurados a j $\acute{i}$ cara, o jacar $\acute{e}$  e a casca-de-arroz, por serem longos e retos. As ripas eram sempre de j $\acute{i}$ cara, resistentes e duradouras, e a cobertura era de sap $\acute{e}$  ou telha comum, de canal. Em todo rancho, havia uma s $\acute{e}$ rie de estacas fora da cobertura, onde os burros eram amarrados dois a dois, para serem descarregados e desencangalhados” (MAIA; MAIA, 1981, p. 70).

“símbolos e representações”. Conforme Hall (2006), trata-se de compreender uma cultura nacional como sendo um *discurso*. Assim, o que se tenciona é partir de um “novo” modo organizado para se “construir sentidos que influenciam e organizam tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (p. 50).

### 3. Andanças pelo interior dos sertões do Brasil

O burro e o boi, com ênfase, foram os personagens que arrastaram os largos suportes de edificação das cidades brasileiras, guiados pelo caminheiro dos ásperos “sertões-reais” de um espaço-tempo pretérito.

*A invenção do carro de rodas e a exploração de forças animais, principalmente a sua adaptação à tração dos veículos, foram marcos miliários na marcha evolutiva da humanidade. Com essa máquina e com essa força motora, os povos iniciaram as grandes conquistas da civilização de que hoje somos felizes usufrutuários: tão útil a primeira e tão prestimosa a segunda que até os dias que correm não se pode prescindir de seus serviços em grandes áreas do planeta que habitamos. Restringindo-nos ao carro tirado por bovinos, um dos mais antigos veículos utilizados pelo homem, sobretudo nas fainas rurais, verifica-se, antes do mais, que ele não é um instrumento de cultura universal. O seu domínio geográfico, desde a mais alta antigüidade, se limita a determinadas regiões da terra. [...] Na América, o “carro cantador”, trazido pelos colonizadores portugueses e espanhóis, é encontrado ainda hoje no México, nas repúblicas da América Central, em ilhas do arquipélago das Antilhas (Taiti), em quase todos os países da América do Sul, principalmente na Bolívia e em quase todo o Brasil (SOUZA, 1958, p. 95/97, grifo nosso).*

Faz-se notório que, no contexto contemporâneo, ainda se remonta (com pequena significância nos “enredos” sobre os caminhos das tropas e dos sertanejos) que a *prática do trabalho*, nos territórios-sertões, era pautada na relação do homem com o homem, do homem com o meio e, também, do homem com os animais. Foi pelo exercício da cultura mercantil que fora empreendida a “produção de instituições como campo de realização dessas práticas”<sup>12</sup>. E, tais instituições passaram essencialmente a denotar o compêndio de estruturas localizadas em um recorte espaço-temporal específico, caracterizado por determinados modos de atuação no mundo – a “edificação identitária” - através do trabalho.

Logo, principalmente no caso de centros urbanos derivados das práticas culturais de imersão nos sertões, os processos de ação de indivíduos reais contribuíram para engendrar o elemento humano nos discursos históricos, econômicos, sociais e “plurais”. Houve, assim, um

---

<sup>12</sup> “A prática é a inter-relação sujeito-sujeito (entre elementos institucionais) e a relação sujeito-objecto (da esfera das instituições com a natureza). [...] Uma instituição é uma instituição em relação; a relação é a produção de instituições; e a relação é prática. Assim, não há prática não institucionalizada” (BERNARDO, 1991, p. 17).

modo de perpetuar, material e imaterialmente, a existência de “vozes nos sertões-do-passado-presente”<sup>13</sup>.

A primeira premissa de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro estado de fato comprovável é, portanto, a organização corpórea desses indivíduos e, como consequência disso, seu comportamento em relação ao resto da natureza. [...] Podemos distinguir o homem dos demais animais pela consciência, pela religião, ou pelo que se quiser. Porém, o próprio homem se diferencia dos animais a partir do momento em que começa a *produzir* seus meios de vida, passo este condicionado pela sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material (MARX, 1992, p. 169).

E, provavelmente, a esfera de um grande número de cidades brasileiras, aqui vistas como erigidas pelo/no contexto do *rancho* e do *pouso* – que tem uma imagem formada pela composição ora de tropas, ora boiadas e, sobretudo, pelo elemento portador de cultura (o homem) –, seja vislumbrada também como local e momento de mobilidade singular. Pela natureza histórico-social que fundamentou a constituição e os processos de transformação dos espaços-tempos “sertanejos” no Brasil, lança-se foco para rastros de “histórias” na História.

Portanto, aqui reside uma máxima de interpretação para o fato de que a *tropa* e o *carro de bois*, assim como o *rancho*, o *pouso*, o *tropeiro* e o boiadeiro ou vaqueiro<sup>14</sup>, devem figurar como signos elementares na formação da *identidade-sertão* que sedimenta imagetivamente a história de nosso Estado-Nação. Afinal, desde que as primeiras atividades de tropas e de carros de bois ficaram evidentes, especialmente no território sul-americano, houve também o desencadear de múltiplas práticas culturais que se somaram aos processos de constituição identitária de diversos grupos sociais (que viriam a compor representações nacionais). Conseqüentemente, o produto da ação humana fica em voga, mas em nova roupagem, que agora é expressa pela *identidade-sertão* que está “aqui-e-ali”, desde o rancho no pouso aos dos percursos das tropas pelos territórios de uma América que outrora era de alguém e de ninguém, simultaneamente.

Assim, ao se retomar a entrada da cidade dos sertões brasileiros na História por nova via, com relevo, o que se pretende é apresentar que os caminhos nos/pelos sertões-reais não se restringiram, somente, a um processo de captação dos materiais concretos de que a natureza é

---

<sup>13</sup> “A população é uma abstração se se desprezam, por exemplo, as classes de que se compõe. Estas classes são, por sua vez, uma palavra vazia, se se ignoram os elementos sobre os quais repousam, como por exemplo, o trabalho assalariado, o capital etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, o dinheiro ( a mercadoria), o preço etc.” (MARX *et al.*, 1992, p.165).

<sup>14</sup> Para Cascudo (2001, p. 55), o boiadeiro é aquele que, para guiar a boiada, vão cantando, “para serem desta sorte seguidos pelo gado; e outros vêm atrás das reses tangendo-as, e tendo cuidado, que não saiam do caminho e se amontoem nas passagens d’alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça, e nadando, mostra às reses o vão, por onde hão de passar... ao homem que seu cavalo guia a boiada, oito mil réis”.

depositária. Há, também, um retrato dos moldes através dos quais os indivíduos são capazes de fazer circular produtos imateriais, no tónus de muitas sociedades, de maneira que foram se (re)criando hábitos e se apropriando do território (i)material que sedimenta, inclusive, as identidades culturais de muitos agrupamentos humanos do Brasil.

*A partir das incursões ao interior, os primeiros arraiais e roças foram estabelecidos, visando à manutenção das expedições. Conforme atesta Monteiro (1995, p. 90), em casos de expedições mais abrangentes e longas “eram estabelecidos nos sertões pequenos ou roças, situados em pontos estratégicos, com vistas a abastecer os sertanistas. Eventualmente, continua o mesmo autor, alguns desses arraiais se desenvolviam em povoados, sobretudo nas rotas para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso” (REZENDE, 2000, p. 49).*

Também o carro de bois, como o “primeiro veículo que rodou em terras do Brasil”, realça um dos eixos centrais da sociedade brasileira - legitimada pela presença humana que fora alargada ao longo da amplitude territorial dessa Nação. Na medida em que fomentou a circulação humana, tanto expedicionária, como expansionista ou de abastecimento, por muitos séculos, o carro de rodas foi (i)materializando, disseminando e (des)unificando usos e costumes (identidades-sertão), no variados recantos do Brasil<sup>15</sup>.

Transportando materiais de construção e produtos da terra – o pau-brasil, madeiras, a cana-de-açúcar entre os primeiros -, mercadorias e pessoas, surpreendendo-lo nos primórdios da nossa ‘civilização’, representando papel relevante na sua função de único meio de transportes pesados por terra, ligando ademais os estabelecimentos humanos, isolados ou agrupados [...]. Na construção de vilas e cidades, no estabelecimento dos primeiros domínios rurais, na exploração das riquezas florestais, nos labores das primeiras culturas aparece sempre o pesado veículo de duas rodas maciças tirado por bois, que foram dentre os primeiros animais introduzidos pelos colonizadores no Brasil. [...] Esteve presente, o carro de bois, em toda a mobilização da nossa riqueza econômica, senão até em toda a nossa “evolução” social (SOUZA, 1958, p. 103).

Porque a cultura é (in)tangível e processual, torna-se impossível realçar tão somente apenas os remanescentes físicos dos espaços-tempos do sertão. As práticas culturais, de modo contínuo, sofrem processos de ressignificação. Para Mumford (1998, p. 11), estes processos “agita-se entre dois pólos: movimento e repouso”. O autor reitera, ainda, que “em todos os níveis da vida, troca-se mobilidade pela segurança ou, ao contrário, imobilidade pela aventura”.

---

<sup>15</sup> Ver Souza (1958, p. 101), no capítulo intitulado *Introdução do carro de bois no Brasil e suas primeiras utilidades*.

Esta tendência humana em oscilar-se entre fixação ou repouso e a mobilidade ou movimento é, por certo, o ponto culminante para tecer afirmativas sobre a função primeira dos tropeiros e boiadeiros (tropas e/ou comitivas de carros com tração animal) na formação de aglomerações humanas e *identidades-sertão* no Brasil. Nesse sentido, as contribuições dos “homens do passado” tornam-se ainda mais significativas porque evidenciam os processos de “superadaptação” dos indivíduos, pela presença/ausência de mobilidade espaço-temporal nos sertões brasileiros.

Pode-se dizer que o Brasil é um país de intensa mobilidade espacial. A origem da colonização brasileira e a afirmação do uso de um território para produzir bens para a economia internacional, formando uma economia extravertida, criou um território cindido. Inicialmente, a cisão se deu em dois sentidos: o litoral e o sertão; o Norte e o Sul. Posteriormente, essa cisão se desdobrou formando o que alguns autores chamam de modelo de arquipélago. Ou seja, em cada uma de suas fases históricas, a montagem da sociedade brasileira no território nacional criava o que Milton Santos (1992) chamava de zonas opacas e zonas luminosas. O fato é que o País não era cindido apenas na sua estrutura territorial e nas dimensões temporais dos diferentes lugares e regiões. A cisão essencial é, desde o princípio, social (RODRIGUES; CHAVEIRO, 2007, p. 33).

Pensar a “morada coletiva”, a partir dos moldes do *rancho* ou do *pouso* simplesmente evidencia que nada, nas sociedades, é alheio à dinamicidade<sup>16</sup>. E isso se comprova na própria história constituída com base inicial nos aglomerados “rurais-urbanos” brasileiros e na composição humana que neles se fazia presente. Contudo, a dissolução material que o tempo proporciona à matéria não deve ser estendida aos campos da representação da mesma sem a compreensão de que a memória e a identidade também residem nas pessoas, que as resguardam por meio das práticas culturais imortalizadas por usos e costumes cotidianos. E, por conseguinte, a composição humana das sociedades é o que fundamenta as formas de expressão e de atuação no mundo, restringindo-as ou expandindo-as.

Em se tratando de Brasil, tem-se por tendência ignorar os grupos que fizeram parte da “cultura de aldeia” - incorporada à unidade urbana e sócio-cultural do Estado-Nação -, a partir da rede processual designada pelos elementos *rancho*, *pouso* ou *pousada*, *corrutela*, *arraial*, *povoado*, *vila* e *cidade*<sup>17</sup>. Os “tipos humanos” portadores de diversificados perfis

---

<sup>16</sup> A morada coletiva é, para Mumford (1998, p. 12), o que aproximou os seres humanos da chamada “vida civilizada” e, por consequência, da ciência dos meios de ‘edificação’ de cidades.

<sup>17</sup> “Por toda parte, a *aldeia* é um agrupamento de famílias, variando talvez entre meia dúzia e três vintenas, cada qual com o seu próprio lar, seu próprio deus doméstico, seu próprio oratório, seu próprio cemitério [...]. Falando a mesma língua, encontrando-se sob a mesma árvore [...], andando pelo mesmo caminho batido pelo gado, cada família segue o mesmo modo de vida e participa dos mesmos trabalhos. [...] Quem olha o rosto de seu vizinho, enxerga a própria imagem. Na maior parte, o tempo dissolveu a estrutura material da aldeia na paisagem: somente seus cacos e conchas podem reclamar permanência; mas a estrutura social permaneceu rija e durável, pois é baseada em preceitos ditados, histórias de famílias, exemplos heróicos, injunções morais, conservados como tesouros e passados sem deformação dos velhos para os jovens” (MUMFORD, 1998, p. 25).

identitários, em especial na cadeia de transição do rancho/pouso para a cidade, se fizeram presentes para diferir e unificar grupos dentro do um mesmo grupo. Promoveu-se o caráter multidiversificado daqueles aos quais se definiria, mais tarde, como “cidadãos”.

A composição humana da nova unidade (a cidade) tornou-se mais complexa; além do caçador, do camponês e do pastor, outros tipos primitivos introduziram-se na cidade e emprestaram sua contribuição à sua existência: o mineiro, o lenhador, o pescador, cada qual levando consigo os instrumentos e hábitos de vida formados sob outras pressões. O engenheiro, o barqueiro, o marinheiro surgem a partir desse fundo primitivo mais generalizado, em um ou outro ponto da seção do vale: de todos esses tipos originais, desenvolvem-se ainda outros grupos ocupacionais, o soldado, o banqueiro, o mercador, o sacerdote. Partindo dessa complexidade, criou a cidade uma unidade superior (MUMFORD, 1998, p. 37-38).

No contexto territorial do Brasil, a transformação, a longo prazo, do pouso em arraial, povoado, vila, cidade, ou quaisquer outras formas que assumem os grupos humanos aglomerados, ressignifica o papel do “sujeito do trabalho” que antes, tão somente, veio a contribuir para o desenvolvimento econômico de uma nação. Na História de agora, tropeiros, boiadeiros e carreiros refletem mais do que a força que consolida estruturas funcionais materializadas, pois são portadores sócio-históricos de práticas culturais ou representações simbólicas que derivaram as *identidades-sertão* do nosso Estado-Nação.

O tropeiro, o boiadeiro e/ou o carreiro, por essa via, equivalem ao eixo que “semeou” lugares e épocas pelos sertões do Brasil a fora. Esta é a expansão feita pelo percurso nos territórios que abrigava paralelamente o mito e o novo de outrora. Representações e símbolos foram ancorados nos sertões-reais pela presença dos elementos humanos, dos seus animais e das práticas que entrelaçaram ambos. Homem e animal, processualmente, agiram como constituintes de um universo simbólico disseminado por outros tantos caminhos e rotas diversas e convexas espaço-temporalmente.

A tropa de muares, como um sistema de transporte, já organizado, ficou restrita, praticamente, a determinada área do território nacional, ou mais precisamente, à parte central do Brasil. [...] Grupos de animais cargueiros foram muito comuns em todo o país; e até hoje são eles encontrados, pelos caminhos do interior, apesar do ritmo acelerado em que as rodovias e ferrovias estão penetrando a hinterlândia brasileira. Mas, com aquela característica que a diferenciava dos demais lotes de animais de carga, a *tropa de muares* foi sistema de transporte que, pode dizer, cingiu-se a uma área demarcada, embora imensa, qual seja a compreendida pelos atuais Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. [...] Onde se podia fazer transporte de carga em canoas, barcaças e outros barcos, não se recorria a muares. Veja-se que mesmo o Rio Grande do Sul, o celeiro de mulas, que supriu por muitos anos as províncias do Norte, a tropa de muares não chegou a ser utilizada. Dada à suavidade da topografia, as populações do Extremo-Sul recorriam aos veículos de tração animal, como as carretas, carroções etc. (GOULART, 1961, p. 87 *et. seq.*).

Por isso, ao se falar de sertões e sertanejos, é impossível desconsiderar, no percurso da *história*, as teias de relações do homem com o território nos demais espaços-tempos do Brasil, responsáveis pelo encadeamento de signos calcados nos lombos das tropas de muares<sup>18</sup> e nos carros de bois cargueiros<sup>19</sup> que recortaram os terrenos do *nada* e dos grandes *desertos*. O trabalho, por práticas culturais (também mercantis), compôs enredos e, de algum modo, os cristalizou nas paragens advindas das rotas do comércio e do transporte que fez erigir várias das cidades deste país. E o “enredo sertanejo” continuou vivo pelas “palavras” de alguém que contou a outrem tudo sobre o universo das paragens nos grandes sertões. Então, o sertanejo, certamente por ser produto e produtor de discursos, fez-se um outro “alegorista da cidade”, que conforme explica Rouanet, possui um olhar detentor de todas as significações urbanas, “do saber integral da cidade, do seu perto e do seu longe – longe espacial –, do seu presente e do seu passado, reconhecendo-a sempre em seu verdadeiro rosto – um rosto surrealista”. E através deste “novo alegorista”, o sertão é *paisagem* da natureza e do seu lado interior<sup>20</sup>.

Em Le Goff (2006, p. 207), lê-se que “a distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo”, porque é o jogo de organização temporal que permite aos sujeitos desenvolver as dimensões de sua própria história. O autor completa que ao “tratarmos os acontecimentos que a história do nosso grupo social nos fornece, tínhamos tratado de nossa própria história, porque ambas se confundem” (p. 210). Compreender o tempo e o espaço, multilateralmente, é deixar o estado de repouso, recorrendo ao movimento das memórias e das identidades que não cessam de se (re)configurar, no seio dos grupos humanos. No entanto, se o “viajante moderno”, criado por Baudelaire<sup>21</sup>, “passeia pela cidade, não mais como peregrino, mas como *flâneur*”, íntimo das ruas e demais espaços urbanos, é porque os sente como parte sensível de seu próprio organismo vivo.

A *identidade-sertão*, aqui neste território de “coisas (in)tangíveis”, poderia vir a ser o espelho para qual o homem que nele se mira, capta e repele (ou se converge) as imagens e os ecos temporais reunidos nos percursos geográficos, históricos e sociais. É neste momento

---

<sup>18</sup> “A tropa de muares, na sua amplitude, se constituía do grupo de animais – burros e bestas – muita vez somando dezenas deles, e o conjunto humano que integrava composto do *tropeiro*, dos *camaradas* e do *cozinheiro*. [...] Quando a tropa reunião grande número de animais, ou se por qualquer outra razão, o tropeiro assim quisesse, incluía-se mais um elemento: o *arreeiro*. Sem a junção perfeita dos homens com os animais, entendendo-se, não havia tropa” (GOULART, 1961, p. 65).

<sup>19</sup> “O carro de bois foi o veículo usado no Brasil na condução de materiais para a edificação das primeiras povoações, vilas e cidades, e não deixou de ser também, em nossas origens, o veículo de transporte das primeiras riquezas que começaram a ser exploradas nas terras brasileiras” (SOUZA, 1958, p. 107).

<sup>20</sup> Rouanet (1993 *apud* FREITAG, 2006, p. 33), em “Viagem no espaço: a cidade” explora a riqueza dos tipos alegóricos que Walter Benjamin criara.

<sup>21</sup> Cf. Freitag (2006, p. 32), *Teorias da cidade*. “O *flâneur* é o verdadeiro descobridor as cidade moderna do século XIX, criado em verdade por Baudelaire, mas transformado em herói sem caráter por Benjamin”. [...] [O *flâneur*] busca asilo na multidão (...). A multidão é o véu através do qual a cidade familiar acena para o *flâneur*, como uma fantasmagoria. (...) Na rua ele observa os passantes que dão e recebem choques, movimentando-se na massa, como autômatos. Percorre as ruas, morada do coletivo, está em casa nelas como se tivesse em sua residência” (grifo nosso).

que o viajante dos sertões-reais redescobre que o espaço-tempo das paisagens (imagens) detém significações das práticas culturais humanas e, o seu desvendamento, se faz um convite àquele peregrino que hoje habita esse Estado-Nação.

#### 4. Outras histórias de um Brasil quinhentista

As andanças pelos sertões do Brasil, que edificaram cidades - advindas também da construção de imagens do rancho no pouso - agora se complementam com a *história reflexiva* sobre percursos dos homens de tropas, em anexo à História que fora oficializada. É necessário, portanto, expor analiticamente alguns dos enredos nos quais se dimensiona o sertão, principalmente, porque está cristalizado, na memória nacional, um foco quase exclusivo para o *sentimento bandeirista* de conquista e enfrentamento dos sertões. Tal situação confere ao estado de Goiás, por exemplo, um enredo baseado numa estruturação geopolítica e/ou espaço-temporal derivada, quase que totalmente, das frentes expansionistas bandeirantes.

Desde Euclides da Cunha (que narrou sobre *Os Sertões* através de uma visão bastante particularizada), já fica nítida a tentativa de caracterizar o sertão e o sertanejo pela transcendência do olhar à presença do bandeirante e do jesuíta nos espaços nacionais, lançando mão, contudo, de um enfoque extensivo para outro elemento: o vaqueiro.

Bateram-lhe, por igual às margens (do São Francisco) o *Bandeirante*, o *Jesuíta* e o *Vaqueiro* e, quando mais tarde, maior cópia de documentos permitir a reconstrução da vida colonial, do século XVII ao fim do XVIII, é possível que o último, de todo olvidado ainda, avulte com o destaque que merece na formação da nossa gente. Bravo e destemeroso como o primeiro, resignado e tenaz como o segundo, tinha a vantagem de um atributo supletivo que faltou a ambos – a fixação no solo (CUNHA, 1966 *apud* FRANÇA, 1979, p. 9, grifo nosso).

É a partir de *histórias* como esta, de Euclides da Cunha, que se confronta e se complementa a *História*. Trata-se de uma busca constante de resignificação de alguns enredos que se tornaram fragmentos de toda uma “tradição histórica” que indica a “origem mítica” de muitas das sociedades do Brasil. Acima de tudo, “os bosques estão repletos de intérpretes entusiasmados” por uma análise sobre os cinco séculos de *enredos* com realces restritos à presença dos lusitanos e às ações expansionistas “documentadas”, nos espaços que figuram a Nação brasileira.

O movimento que defende uma concepção da organização da vida social em termos de símbolos (sinais, representações, *signifiants*, *Darstellungen...* a

terminologia varia), cujo sentido (*sense, import, signification, Bedeutung*) devemos captar se quisermos entendê-la e formular seus princípios, cresceu em proporções assustadoras. *Os bosques estão cheios de intérpretes entusiasmados. A explicação interpretativa* – e trata-se de uma forma de explicação e não de algum tipo de glossografia exaltada – concentra-se no significado que instituições, ações, imagens, elocuições, eventos, costumes – ou seja, todos os objetos que normalmente interessam aos cientistas sociais – têm para seus ‘proprietários’. [...] É a representação de esforços para formular conceitos que expliquem como este ou aquele povo, este ou aquele período, esta ou aquela pessoa, fazem sentido para si mesmo, e, quando este processo torna-se claro, buscam explicações para a ordem social, para mudanças históricas, ou para o funcionamento psíquico de um modo geral. A investigação é orientada para casos, ou grupos de casos, e para os traços particulares que os distinguem uns dos outros; seus objetivos, porém, são tão amplos como os da mecânica ou da fisiologia: *identificar de que materiais é feita a experiência humana* (GEERTZ, 2004, p. 37, grifo nosso).

As pessoas veiculam *representações* ou *tradições* fazendo com que as ações humanas sejam capazes de formatar enredos identitários específicos pelos espaços, de forma a “alimentar traços da cultura”. Então, em se tratando dos discursos sobre o povoamento do Brasil, em que local reside *a outra história* – aquela que nem sempre é lembrada – do homem que pisou no chão dos sertões brasileiros, coletando e transportando produtos, ora sincrônica e ora diacronicamente, ao “descobrimento bandeirante”?

Embora, *violando a rigidez dos tratados e, praticando arriscadas jornadas, pelos misteriosos e mortíferos sertões*, eles estavam obsecados; ora pela visão do El-Dourado<sup>22</sup>, e da Manôa; ora atraídos por fantásticas serras de ouro, e córregos, forrados de pedras rebrilhantes. Uns vinham para cativar gentio; outros, entravam, para garimpar ouro aluvião. Poucos entraram com interesse científico ou humano; embora todos estivessem prestando um relevantíssimo serviço a nossa querida Pátria (ARTIAGA, 1958, p. 11, grifo nosso).

Embora, autores como Roberto Simonsen (1952 *apud* SOUZA, 1958, p. 107), escrevam que “a tropa muar e a figura histórica do tropeiro como o grande segurador dos meios de comunicação”, tenha surgido nos séculos XVIII e XIX, poderíamos nos perguntar a qual tropeiro o autor se refere. Faz-se evidente, pelos amplos aspectos que margeiam as *histórias de andanças sertanistas*, bem antes do reconhecimento e profissionalização de agente das tropas, que os “sujeitos de comunicação dos sertões” já se caracterizavam como tal mesmo com total desconhecimento, por exemplo, da nacionalidade dos *caminheiros de tropas* e do *período histórico* em que realizam o “tropear pelo brasil”.

A própria História torna evidente que houve o *sertanista*, como um ancestral do histórico profissional em lidar com tropas, que esteve nos sertões-reais brasileiros a

---

<sup>22</sup> “A Região Norte, com o traçado serpenteado do rio Amazonas, representada na cartografia desde o século XVI, figura em mapas até o século XVII. Nas viagens de navegação por este rio, sob os comandos de Francisco Orellana (1542) e Pedro Ursua (entre 1560 e 1561), surgiu o mito expansionista do El Dourado. O nome Amazonas foi dado pelo capelão da viagem de Orellana, Gaspar de Carvajal, que falou da existência de mulheres guerreiras às margens do rio” (Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica – BN, 2008).

“investigar”, apropriando-se, delimitando, povoando, transportando, demarcando, circulando e explorando os territórios que viriam a configurar esta Nação. A existência do sertanista, porém, abre ainda espaço para uma análise que compreenda, com profundidade, os *tradicionais discursos* que são disseminados no Brasil a respeito das “origens” do trabalho do tropeiro.

Os *tropeiros* têm suas origens nas vastíssimas regiões de campos cortados pelo Rio da Prata, desde cedo ambicionadas pelos colonizadores de *Espanha e Portugal*. Apoiados pelo Tratado de Tordesilhas, firmado com Portugal em 1494, os espanhóis deram-se por senhores da região e começaram a povoá-la. Estabeleceram-se na banda direita do estuário do Prata e começaram a espalhar povoações e inúmeras “haciendas” de gado. Essa ocupação, baseada em enormes propriedades particulares ou de ordens religiosas, como a dos Jesuítas, assegurava a defesa do território. Suas pastagens eram excelentes para a multiplicação do gado bovino, cavalar e muar – híbrido de jumento e égua. A mula tornou-se um negócio bastante rendoso e revolucionou a sistema de transportes de cargas na *América Espanhola*, pois não havia animal mais adequado para atender a esta necessidade nos montanhosos terrenos, onde se rasgavam as minas de prata (ARAÚJO, 2003, p. 15, grifo nosso).

Com constância, os enredos e discursos históricos evidenciam que “tropear era um modo de vida, uma atividade econômica e, antes de tudo, *um ganha pão*. Mas, como atividade lucrativa, era um grande negócio, muitas vezes, com um magro resultado” (ARAÚJO, 2003, p. 31). Então, o extensivo papel do homem que bateu nos (des)conhecidos sertões brasileiros, sem dúvida, demarcou o empenho humano na constituição prática da *história* econômica e social do Brasil, através do desvendamento de sertões-imagem pelos caminhos “de dentro” de uma constituinte Nação.

Em Capistrano de Abreu, no seu “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, são mensuradas colocações sobre a movimentação de massa humana, nos *desconhecidos caminhos brasileiros*. Para Capistrano, o Brasil estivera entregue a degredados, a desertores, a traficantes de madeira que lhe deram o nome, e “seu povoamento fora descurado inteiramente [...], e com o ano de 1535 se iniciou um movimento capital, que ainda hoje continua” (1988, p. 37). Inclusive, sobre o movimento humano neste *desconhecido brasil*, Souza (1958, p. 104 *et. seq.*), por outra vertente, se propôs a evidenciar que o aparecimento do primeiro carro de bois no Brasil “ocorre na primeira metade do século XVI”, sendo que “o transporte de material para as obras da cidade era feito por terra, em carro de bois [...] e que, no mínimo, em novembro de 1549, chiavam os primeiros carros pelos caminhos e ruas da nascente povoação”.

Diante destas premissas, é inevitável conferir à *História do Brasil* um perfil também atado ao giro de mercadorias que ocorreu em grande escala pelos *roteiros perdidos* no espaço-

tempo brasileiro (por vezes ainda enraizados nas memórias dos remanescentes carreiros e tropeiros). A edificação de capital, pelo trabalho de extração das matérias-primas, contidas em diversas paragens, também compôs os enredos e as identidades histórico-culturais de nosso país. Aliás, até mesmo o nome da *Nação* foi derivado de ações dos *caminheiros* que, por estas terras, “tropearam” quando ainda não se possuía, na práxis, delimitações geo-políticas dos territórios de um Brasil de “sertões bravios”, em espaços que ainda não eram vistos como “lugares” (ou eram?).

Os caminhos das tropas, na imensidão do Brasil, designam à atividade humana dos *tropeiros* um tônus responsável pela estruturação de uma *unidade nacional*, frutificada na soma das mais diversas identidades entrelaçadas, culturalmente, num almejado “caráter nacional”. Mas, neste ponto, há de se registrar que o caminhar pelos espaços geográficos, bem como a transposição e demarcação territorial, foram consumadas, via de regra, pelo emprego da tração animal<sup>23</sup>. Nesse sentido, Goulart (1961, p. 15) coloca que quando os núcleos de ocupação perdiam-se na hinterlândia brasileira, “foi a tropa de muares, varando os sertões, [...] que assegurou a circulação de produtos e de mercadorias, canalizando vida e ‘civilização’ aos grupos humanos que se haviam enfurnado Brasil adentro”.

O comércio de muares fez nascer o *tropeiro* na América, aliás, “tropero”, como se diz por lá. Tropa é um termo bastante antigo, tanto na língua *castelhana* quanto na *portuguesa*; porém, a sua associação a uma porção de animais agrupados e postos em marcha por grupos de homens, substantivados por tropeiros – signo de uma profissão, de uma ocupação -, *nasceu nas bandas do Prata* (ARAÚJO, *op. cit.*, p. 15-16, grifo nosso).

Assim, ao sul do Brasil estão situados os *primeiros enredos* sobre, supostamente, “a primeira informação histórica que se tem a respeito da entrada de gado e do carro de bois em solo brasileiro”<sup>24</sup>. Sobretudo, convém ressaltar que o estado do Rio Grande do Sul, pela sua localização - e pela presença histórica do Rio da Prata em seus enredos de povoamento, fronteira e deslocamentos humanos -, é destacado aqui por suscitar uma abordagem mais aprofundada no tocante dos “discursos históricos” nacionais que enfocam frentes expansionsitas.

---

<sup>23</sup> Cf. SOUZA (1958, p. 49-50), sobre o emprego da tração animal, constata que: “de um modo geral, pode-se afirmar que, nos primeiros tempos, enquanto o boi era o animal mais comumente usado nos transportes rurais, puxando os carros que levavam as colheitas para depósitos e celeiros, o cavalo e também a mula eram destinados ao tiro dos carros de guerra e dos veículos das cidades”.

<sup>24</sup> “Martim Afonso de Sousa, fundador da Capitania de São Vicente [...] enviou caravelas a Cabo Verde [...] para trazer as primeiras cabeças de gado vacum, cuja ancestralidade remonta ao continente africano, especialmente à Índia. Os animais desembarcaram em São Vicente, no ano de 1534. A segunda leva de gado vacum, também importada das Ilhas de Cabo Verde, aconteceu na administração do governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa (primo de Martim Afonso de Sousa), no ano de 1550. Porém, desta vez, o gado fora enviado para Salvador” (GALLI, 2005, p. 11).

Diante do exposto, faz-se imprescindível que sejam feitos delineamentos analíticos sobre a *história dos caminhos das tropas*, pois existiram, historicamente, vários agentes de produção e comércio de gado para o norte e interiores do Brasil, sendo que estes estavam situados em regiões diferenciadas do país. Devido à ampla configuração das informações sobre os “caminhos percorridos no interior do Brasil”, o que se requer é extensão analítica a outros campos de abordagem deste tema.

A primeira rota regular ligando os campos sulinos às demais regiões do Brasil-Colônia foi o caminho aberto, no final do século XVII, entre as vilas de Sorocaba e Curitiba, pertencentes a então Capitania de São Paulo. [...] Os tropeiros propriamente ditos, isto é, como profissão, como uma das peças básicas do mecanismo de comercialização dos meios de transporte, estavam apenas começando, em embrião. Os animais dos campos de Curitiba, não se multiplicavam com a mesma intensidade com que eram procurados. Não conseguiam suprir um mercado tão vasto e em contínuo crescimento (ARAÚJO, 2003, P. 23-24).

O ‘pai da pecuária goiana’, Antonio Ferraz de Araújo, concunhado de Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, chegou no ano de 1726 nas terras dos goyazes, com as primeiras cabeças de gado e alguns suínos trazidos de São Paulo, posteriormente vendidos a peso de ouro. Assim, a ancestralidade do gado goiano traz o DNA da primeira leva de vacum que desembarcou no litoral paulista (GALLI, 2005, p. 11).

Na análise das abordagens sobre os *caminhos do interior brasileiro*, com ênfase no “surgimento do trabalho tropeiro”, há ainda o risco de unilateralidade quando se recorre, por exemplo, a afirmativas relacionadas ao fato de que, desde “o Tratado de Tordesilhas, em 1494, até 1750, o Rio Grande do Sul permaneceu como terra desconhecida”<sup>25</sup> ou “terra non descoberta”, assim como quaisquer outras regiões do território brasileiro (Cf. Mapa 3). Contudo, é importante destacar que as identidades e as memórias contidas nos sertões do Brasil, de maneira escrita ou oral, reafirmam a figura do tropeiro enquanto agente de comércio, comunicações e transporte em momentos diacronicamente diferenciados ao longo do percurso histórico nacional. Portanto, o empreendimento do olhar por entre “frestas da história” faz-se totalmente emergencial.

---

<sup>25</sup> Cf. GOULART (1961, p.41), *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. O autor ainda complementa: “é bem verdade que a partir de 1635, ou pouco tempo depois, portugueses começaram a tomar maior contato com aquela região por meio de incursões bandeirantes; não há dúvida, porém, que até meados do século XVIII aquelas paragens viviam completamente abandonadas”.



**Mapa 3.** Exploração do pau-brasil pelos franceses, por Giacomo Gastaldi – faz parte do terceiro volume do livro “Navigazioni et viaggi” de Giovanni Battista Ramusio. Fonte: Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica do século XVI ao XVIII/Biblioteca Nacional, 2008.

O tropeiro fora, em verdade, um agente unificador e proliferador simbólico na medida em que a sua presença nos sertões ignorou, durante anos, aspectos associados à idéia de Nação e às premissas sobre territórios e fronteiras. Então, aqueles que se propunham a enveredar pelos “desertos míticos com espaços desabitados e cheios de tesouros”, passaram a demarcar seu imaginário sobre o “conteúdo” simbólico do Brasil.

Existem, por isso, enredos múltiplos (para além dos *oficiais*) que concorrem entre si numa tentativa de realçar o advento das trilhas reais que conduziram homens aos sertões-reais brasileiros. É quase que uma tentativa de estabelecer “marcas certificadas” dos remanescentes históricos do Brasil, a partir do mapeamento de ações “registradas” e outrora realizadas nos sertões nacionais. Mas, na maioria das vezes, a *história* tem fornecido à *História* elementos imaterialmente históricos e, por certo, de extrema solidez: a memória, a representação, o símbolo, a paisagem cultural e o lugar.

Comércio de gado em pé, só por terra, pelo Planalto acima da Serra Geral, no extremo norte do Rio Grande do Sul, a sair em Curitiba, também planalto. Essa marcha trazia grandes vantagens: [...] possibilitando assim a *crescente exploração*

*dos sertões interioranos do sudeste brasileiro e o centro-oeste, [...] articulando sertões* (ARAÚJO, 2003, p. 24, grifo nosso).

Todavia, os caminhos desta reflexão também tendem a evidenciar a existência de muitos *significados dos sertões* dentro de “um mesmo mundo de coisas”, que é o espaço-tempo do Brasil. O comércio, como fomento da “força produtiva”, mediou o intercâmbio interno dos enredos humanos, nascidos em sertões brasileiros. Então, as noções interpretativas, dependentes dos “olhos de quem vê”, passaram a transpor as barreiras (in)existentes do tempo. A cultura e a identidade, assim, como produtos dos homens - herdadas e ressignificadas por outros homens -, reiteram agora a permanência do signo *sertão* multidimensionado, no âmbito da memória nacional.

Daí, fica também em evidência a existência de tantos sertões dentro de “um mesmo mundo de coisas”, que é o Brasil. De fato, o comércio, como “força produtiva”, fomentou o intercâmbio interno que direcionou também a constituição de múltiplas identidades culturais, configuradas em sertões brasileiros, que são “convites interpretativos”. A cultura e a identidade, como produtos dos homens (herdadas e ressignificadas por outros homens), reiteram a apropriação das *práticas de existência nos sertões*.

Nesse contexto, a complexidade do espaço-tempo que estruturou os roteiros do homem nos/pelos sertões, constantemente, virá a suscitar a necessidade de análise dos vários caminhos que a História se propõe a trilhar para conceder aos “enredos sócio-históricos” toda a sua (ir)relevância. E a análise destes, de repente, pode (re)conduzir o olhar de muitos “intérpretes entusiasmados” aos pontos nos quais à luz ‘oficial’, desde outros tempos, não mais alcança, derivando a construção de novas formas de manusear a palavra imortalizada para além da escrita. De modo geral, há de se designar “lentes específicas” para um fato sociocultural contido no interior dos discursos históricos ou, principalmente, às margens dele.

## **5. Referencias Bibliográficas**

ABREU, J. Capistrano de. 1988. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP.

ARAÚJO, Homero da Costa. 2003. **Caminho das tropas**. Florianópolis: Insular.

ARTIAGA, Zoroastro. 1958. **História de Goiaz** – Primeiro Tomo: relato da vida político-administrativa de Goiaz, de 1592 a 1946. Goiânia: s/e.

BARTH, Fredrik. 1995. Lês groupethniques et leurs frontières. In: PORTIGNAT, Streiff-Fenart J. **Théories de l’ethnicité**, PUF, Paris: Le sociologue, p. 203-249.

- BARTHES, Roland. 2001. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes.
- BERNARDO, João. 1991. **Dialética da prática e da ideologia**. São Paulo: Cortez; Porto [Portugal] Edições Afrontamento.
- BIBLIOTECA VIRTUAL da Cartografia Histórica do Século XVI ao XVIII. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Cartografia Colonial**. Disponível em: [http://consorcio.bn.br/cartografia/cart\\_colonial.html](http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html). Acesso: mar. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. 1980. L'identité et la representation. In: **Actes de recherche em sciences sociales**, nº 35, p. 63-72.
- \_\_\_\_\_. 2004. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CASCUDO, Luis da Câmara. 2001. **Antologia do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Global.
- CUCHE, Denys. 2002. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, SP: EDUSC.
- CUNHA, Euclides da. 1998. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Record.
- EAGLETON, Terry. 2005. **A idéia de cultura**. São Paulo: UNESP.
- FREITAG, Bárbara. 2006. **Teorias da cidade**. Campinas: Papirus.
- GALLI, Ubirajara. 2005. **A História da Pecuária em Goiás: do primeiro gado (1723) aos dias de hoje**. Goiânia: UCG; Contrato Comunicação.
- GEERTZ, Clifford. 2004. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes.
- GIDDENS, Anthony. 1990. **The consequences of modernity**. Cambridge: Polity Press.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 2005. Ressonância, materialidade e subjetividades: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: UFRGS, Ano 11, n. 23, p. 13-26.
- GOULART, José Alípio. 1961. **Tropas e Tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista.
- HALBWACHS, Maurice. 2006. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro.
- HALL, Stewart. 2006. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A.
- LE GOFF, Jacques. 2006. **História e memória**. Campinas: UNICAMP.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. 2006. Cidades patrimoniais e identidades nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos. LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BEZERRA, Maria (Orgs). **Os caminhos do patrimônio no Brasil**. Goiânia: Alternativa.

MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Camargo. 1981. **O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: MEC-SEC: FUNARTE: Instituto Nacional do Folclore; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Univ. de Taubaté.

MARX, Karl; DURKHEIM, Emile; WEBER, Max; PARSONS, Talcott. 1992. **Introdução ao Pensamento Sociológico**. São Paulo: Editora Moraes.

MONS, Alain. 2000. **A metáfora social: imagem, território, comunicação**. Porto, Portugal: Rés Editora.

MUMFORD, Lewis. 1998. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. 2006. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: UNESP.

PROUS, André. 1992. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

REZENDE, Tânia Ferreira. 2000. **Discursos e identidade etnocultural na comunidade de Pombal-GO**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Goiás.

RODRIGUES, Uelinton Barbosa; CHAVEIRO, Eguimar Felício. 2007. O processo de 'ir' e 'vir'. In: **Sociologia Especial: As cidades e a sociedade**. Ano I, n. 1, p. 30-37.

SAID, Edward W. 2005. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Bernardino José de. 1958. **O ciclo do carro de bois no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

TAYLOR, Charles. 1994. **Multiculturalisme: différence er démocratie**. Paris: Aubier.

WANIER, Jean-Pierre. 2003. **A mundialização da cultura**. Bauru, SP: EDUSC.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.